

A Conferência Nacional de Educação

Francisco das Chagas Fernandes¹

O Brasil é um país de natureza federativa por cooperação, com trajetória socioeconômica marcada, ao longo de décadas, por fortes desigualdades sociais e regionais e por acordos, firmados no campo político para o desenvolvimento da educação, que sempre estiveram na contra-mão do equilíbrio gerencial de um processo de planejamento educacional sistêmico e da valorização dos profissionais da educação.

A despeito dos avanços nos Marcos Legais com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação – PNE, que definem as bases de um Sistema Nacional de Educação, articulando os sistemas de ensino federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais com autonomia, responsabilidades próprias e competências comuns, o país ainda não consolidou as condições para a implementação de uma política pública articulada e eficaz na efetivação do direito à qualidade social da educação para todos (as).

Recentemente, após um amplo debate desenvolvido na Conferência Nacional de Educação Básica – CONEB, a discussão sobre sistemas educacionais passou a considerar novos aspectos além daqueles minimamente aprofundados no contexto do financiamento, da gestão democrática e da qualidade social da educação. Dentre esses aspectos, a avaliação do atual Plano Nacional de Educação e instalação da discussão do próximo plano decenal, por meio de seu diagnóstico, diretrizes e estratégias de ação, em um ambiente de construção do Sistema Nacional Articulado de Educação. Esse tema, título da Conferência Nacional de Educação – CONAE, tornou-se, portanto, um imperativo do momento histórico atual da educação brasileira e uma decorrência das deliberações da CONEB.

O debate nacional sobre Educação, envolvendo a sociedade civil, sob a coordenação de uma comissão nacional instituída pelo MEC, deve se pautar por

¹ - Francisco das Chagas Fernandes é Secretário Executivo Adjunto do MEC e professor da rede estadual do Rio Grande do Norte.

alguns princípios norteadores com o propósito de consolidar a visão de que a Educação precisa ser concebida de forma sistêmica, sem hierarquias ou fragmentações entre os níveis de ensino. Para tanto, é necessária a mobilização dos segmentos sociais para um amplo debate educacional em uma perspectiva inclusiva e de desenvolvimento social; a definição de diretrizes e estratégias para o Plano Nacional de Educação; a criação de uma pauta social geradora de referências para um projeto de educação e de parâmetros para a ação programática do Estado no setor e a eleição da Educação como eixo central de um projeto de nação. A consecução desses princípios, certamente, dependerá de uma ampla parceria para o estabelecimento de compromissos mútuos, num processo que culminará com uma Conferência Nacional da Educação, necessidade expressada pela grande maioria das entidades representativas que participaram da Conferência Nacional de Educação Básica.

A dinâmica da CONAE prevê Conferências municipais e/ou intermunicipais, estaduais e nacional. As primeiras acontecerão no 1º. semestre deste ano. Há uma conjuntura bastante favorável que facilitará o debate acerca do Sistema Nacional Articulado de Educação: o início da administração de novos gestores e a possibilidade de discutir, em âmbito local, políticas de educação. Estes dois fatores somados trarão importantes subsídios para o debate nacional, que certamente irão agregar consistência e forma à articulação do sistema nacional de educação.